

Governabilidade voltou, diz Sarney

Presidente do Senado
credita ao Congresso o
sucesso do início
da administração FH

BRASÍLIA — O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), creditou ontem ao Congresso o sucesso dos primeiros meses do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na sua avaliação, neste primeiro semestre o governo obteve do Congresso "a base e os instrumentos de governabilidade" que lhe dão suporte para tomar decisões. "Foi o reencontro do País com a base de governabilidade, que é a base política", frisou, ao fazer um balanço das atividades da Casa.

Uma de suas conclusões é que o Brasil tomou consciência de que o governo não é só o Executivo, mas também o Legislativo, "que está cumprindo sua parcela de governabilidade". Ele ressaltou que a democracia só funciona quando os Poderes dividem a responsabilidade. "O Congresso deu ao País o suporte que precisa para enfrentar seus problemas e isso é um fato novo no Brasil."

Após reiterar seu apoio ao Plano Real, Sarney afirmou que Fernando Henrique acertou ao dizer, quando era ministro da Fazenda, que o problema do País é político e, agora, ao respeitar a independência e harmonia entre os Poderes. "Saímos da fase da política como instrumento de ação predatória, para dar estabilidade ao governo", disse. "Ninguém mais pode debitar ao Congresso o fato

Edvaldo Ferreira/AE



"Reencontro com base política".

de falhar na aprovação de matérias necessárias ao governo."

Sarney reclamou que o Congresso tem sido prejudicado pelo excesso de medidas provisórias e que o presidente sabe disso, "porque foi parlamentar". Na sua opinião, as MPs só deveriam ser usadas para medidas econômicas ou relativas ao meio ambiente e defesa civil, para não criar conflito com as atribuições do Legislativo.

Por outro lado, o senador deseja cautela na apreciação da reforma da Previdência, que não considera tão urgente como as econômicas. Para ele, as mudanças na Previdência atingem todos os cidadãos e, portanto, devem ser feitas com extrema precaução. Além disso, Sarney acredita que, depois de terminada a reforma constitucional, o Congresso deve se ocupar da reforma política.